

O MOVIMENTO FEMINISTA NA ARGENTINA E A MARÉ VERDE

THE FEMINIST MOVEMENT IN ARGENTINA AND THE GREEN TIDE

EL MOVIMIENTO FEMINISTA EN ARGENTINA Y LA MAREA VERDE

Everton William de Lima Silva¹
Fábio Marques de Souza²

RESUMO

Este trabalho traz inicialmente uma contextualização histórica com um breve relato sobre o movimento feminista na Argentina destacando acontecimentos, datas e personagens relevantes. Em seguida pretende-se analisar o impacto da legalização do aborto na vida das mulheres na Argentina com destaque ao movimento “Pañuelos Verdes”. Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico. Diante desta reflexão, pudemos observar, por meio da literatura, o lugar da mulher na cultura do liberalismo político e as conquistas de direitos adquiridos, mediante suas mobilizações sociais.

Palavras-chave: Aborto Legal. Feminismo. Pañuelos Verdes. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This work aims to bring initially a historical contextualization with a brief account about the feminist movement in Argentina highlighting events, dates and relevant characters. After this, it is intended to analyze the impact of the legalization of abortion in the women’s lives in Argentina, with emphasis to the movement “Pañuelos Verdes”. This is a bibliographical research. Given this reflection, we managed to observe, through literature, the woman’s place in the culture of the political liberalism and the achievements of acquired rights, upon their social mobilizations.

Keywords: Legal Abortion. Feminism. Pañuelos Verdes. Public Policies.

RESUMEN

Este trabajo pretende brindar inicialmente una contextualización histórica, ofreciendo un breve relato acerca del movimiento feminista en Argentina, con énfasis en los acontecimientos, fechas y personajes de relevancia. Enseguida, se pretende analizar el impacto de la legalización del aborto en la vida de las mujeres en Argentina, poniendo en evidencia el movimiento “Pañuelos Verdes”. Se trata de una investigación de carácter bibliográfico. Ante esta reflexión, pudimos

¹ Doutorando em Linguagem e Ensino pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande. Mestre na área de linguagem, cultura e Formação docente pela Universidade Estadual da Paraíba (PPGFP) – (UEPB). E-mail: prof.evertonwilliam@hotmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor no Departamento de Letras e Artes e no Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores (PPGFP). E-mail: fabiohispanista@servidor.uepb.edu.br

observar, a través de la literatura, el lugar de la mujer en la cultura del liberalismo político y las conquistas de derechos adquiridos, a través sus movilizaciones sociales.

Palabras clave: Aborto legal. Feminismo. Pañuelos Verdes. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O movimento feminista na Argentina foi, e ainda é, verdadeiramente, um movimento de "base", uma série contínua de esforços feitos por indivíduos e grupos femininos para melhorar a vida das mulheres argentinas de alguma forma. Embora os esforços individuais possam ter parecido pequenos, não relacionados e, em última análise, infrutíferos, pois eram repelidos pelos governos, demorando-se muito para atingir conquistas expressivas, quando se estuda esses eventos e os reúne, há de fato uma percepção de que muito foi realizado pelas mulheres na Argentina. (Carlson, 1988). Amparados na obra referenciada, podemos citar como exemplo a Dra. Cecilia Grierson (1850–1934), que se formou na faculdade de medicina da Universidade de Buenos Aires, em 1889.

A profissional médica foi ridicularizada e isolada por ser a única mulher na universidade e teve que travar uma longa batalha no tribunal antes de poder praticar medicina legalmente. Ela fundou uma escola profissional de enfermagem e a primeira associação de obstetras e enfermeiras obstétricas. Ela ensinou obstetrícia e fisioterapia e, ao longo de sua carreira, trabalhou para melhorar a vida das mulheres na Argentina. Depois de participar do Segundo *International Congress of the International Council of Women* (Congresso Internacional do Conselho Internacional de Mulheres) em Londres, ela trabalhou para estabelecer uma filial do *International Council of Women* (ICW) na Argentina.

Cecilia Grierson realizou um extenso estudo dos Códigos Civis, concluído em 1906, que mostrou que as mulheres casadas ainda tinham a condição de filhas na Argentina. Conforme exposto em Barry (2005), apenas mulheres solteiras e viúvas tinham direitos civis. Foi somente em 1926 que as mulheres adultas casadas receberam direitos civis iguais aos dos homens adultos; mães solteiras receberam direitos parentais sobre seus filhos; as mulheres casadas tinham o direito de entrar em profissões e dispor de seus ganhos sem o consentimento dos maridos e de celebrar contratos civis. As viúvas tinham autoridade sobre seus filhos e sobre as propriedades dos filhos menores, quer essas mulheres se casassem novamente ou não.

Tradicionalmente, a posição jurídica das mulheres na Argentina baseava-se no Direito espanhol, que por sua vez se baseava no Direito Romano, no qual as mulheres eram consideradas propriedade dos homens da família, as mulheres solteiras sob a autoridade de seus pais e as mulheres casadas de seus pais e/ou maridos. A tradição moura de isolar as mulheres, que era forte especialmente no sul da Espanha de séculos de domínio mouro, nem sempre foi alcançável na Argentina colonial, mas foi percebida por muitos como um ideal; e as mulheres não podiam ocupar cargos políticos ou administrativos na colônia.

As famílias tentavam casar as filhas entre os quinze e os dezoito anos de idade, geralmente com um homem quinze a trinta anos mais velho do que ela. As mulheres não podiam herdar concessões de terras sob o sistema colonial, nem podiam as viúvas tornarem-se chefes de suas propriedades. Para evitar o confisco de propriedades, as mulheres eram pressionadas a se casarem novamente. Mesmo após a independência da Espanha, quando as leis de herança se tornaram mais equitativas, as famílias encontraram maneiras de contorná-las a fim de dar a maior parte das propriedades a herdeiros homens, para garantir que a riqueza ficasse dentro do patrimônio. (Carlson, 1988)

Segundo o autor citado, Bernardino Rivadavia, que era ministro do governo (e se tornou presidente da Argentina em 1826), deplorava a exclusão das mulheres da vida cívica e acreditava que a vaidade e a superficialidade pelas quais as mulheres da classe alta eram criticadas eram culpa da sociedade que delas exigia que fossem decorativas domesticamente. Ele queria incluir as mulheres na construção da nação para que pudessem promover a moralidade pública. Em 1823, fundou a Sociedade Beneficente Argentina, uma organização filantrópica dirigida por mulheres. Foi apoiado por fundos do governo, bem como por doações privadas, e administrou instituições de caridade anteriormente sob o controle da Igreja, como hospitais, asilos, orfanatos e lares para meninas e mulheres rebeldes e indigentes.

Carlson (1988) reitera que algumas mudanças na condição das mulheres iniciaram-se a no final do século XVIII e no início do século XIX, devido às influências de culturas estrangeiras, especialmente a francesa. As ideias estrangeiras eram vistas como progressistas e modernas, e os costumes espanhóis começaram a parecer atrasados e antiquados. As mulheres argentinas da classe alta começaram a organizar encontros culturais onde homens e mulheres pudessem interagir por meio de discussões

intelectuais informais e da apresentação e apreciação de música e poesia, assim como acontecia nos salões franceses da época.

Ainda segundo Carlson (1988), a mulher altruísta era o ideal do século XIX na Sociedade Beneficente, na América Latina e nas cultura europeia e norte-americana, tão admiradas pela classe alta argentina. As mulheres da classe alta foram educadas para acreditar que eram obrigadas a ajudar os necessitados e classes sociais inferiores. O trabalho filantrópico parecia uma saída natural para as mulheres, ajudando-as a atingir esse ideal e também lhes proporcionando uma ocupação útil, fornecendo o que parecia ser uma válvula de escape natural para as energias femininas.

EDUCAÇÃO DAS MULHERES NA ARGENTINA

Outra contribuição importante para o avanço feminista foi dado pela Dra. Alicia Moreau de Justo (1885 - 1977), cujo pai era um respeitado líder socialista, ela ajudou a fundar o Centro Feminista Socialista aos 15 anos de idade. Ela era respeitada como assistente social e escritora antes de se formar Doutora em Medicina pela Universidade de Buenos Aires. Ela foi uma forte defensora da educação necessária para as mulheres a fim de alcançar a igualdade civil e política, e foi uma das fundadoras do movimento feminista na Argentina. (Carlson, 1988).

Visto que, a maior parte da classe alta argentina não considerava a educação pública ou a alfabetização necessária para outros segmentos da população feminina, mas queria que as meninas da classe alta não apenas fossem alfabetizadas, mas que fossem educadas para se comportarem de maneira adequada, virtuosa e racional. Esta classe também acreditava que a Igreja deveria oferecer treinamento vocacional para as classes mais baixas, porque se acreditava que a ignorância e a falta de habilidades levavam as mulheres a uma vida de prostituição.

O apoio à educação das mulheres Argentinas na mídia remota de 1801, com a fundação do primeiro jornal diário de Buenos Aires, o *Telégrafo Mercanble*, fundado pelo governo colonial. Ele consistentemente continha artigos em apoio à educação secular para mulheres e criticava a natureza religiosa da educação que essas mulheres recebiam da Igreja, que alguns homens acreditavam ser a responsável por manter as mulheres ignorantes, supersticiosas e irracionais. "A educação secular tinha de ser a maneira de tornar as mulheres emocionalmente estáveis para que pudessem ser mães



melhores e companheiras adequadas para homens intelectuais." (Carlson, 1988, p. 36-37)

Alguns escritores, como o líder político Manuel Belgrano (1770 - 1820), destacaram a necessidade de as mulheres adquirirem competências que lhes conferissem maior independência econômica e as tornassem cidadãs responsáveis, conferindo-lhes mais privilégios e responsabilidades na sociedade. (Carlson, 1988)

Durante a luta da Argentina pela independência da Espanha, muitas mulheres administraram os negócios e propriedades de suas famílias para que os homens pudessem ajudar na luta. Algumas mulheres forneciam alimentação e cuidados de enfermagem para a milícia, e algumas até estavam envolvidas em combates, embora por acidente. Outras mulheres levantaram dinheiro para apoiar os esforços militares. Todos viram essa assistência como temporária e "a pressão social obviamente exigia que elas voltassem aos papéis femininos normais". (Carlson, 1988, p. 35)

Outro papel importante para o avanço da educação das mulheres na Argentina foi o exercido por Domingo Sarmiento (1811 - 1888). Sarmiento achava que as meninas deveriam ser educadas, não apenas para serem melhores mães, mas para poderem contribuir para a sociedade, envolvendo-se na política local, que ele considerava uma extensão natural do lar. Ele acreditava que, eventualmente, depois de serem educadas e ganhar experiência na política local, as mulheres também deveriam se tornar ativas na política nacional. Em 1856, quando se tornou Ministro Nacional da Educação, Sarmiento nomeou uma mulher para o cargo de supervisora do Conselho de Educação da província de Buenos Aires. Foi um movimento sem precedentes, já que na Argentina, as mulheres da classe média não trabalhavam, muito menos assumiam posições de autoridade sobre os homens. (Carlson, 1988)

O direito civil do século XIX baseava-se no Código Napoleão, que classificava as mulheres do mesmo grupo como crianças, as retardadas e as loucas. As mulheres estavam sob a supervisão legal de seus maridos, elas não tinham uma identidade legal separada de seus maridos. O divórcio não era permitido e, para obter uma separação legal, a mulher tinha que provar que seu marido era louco. Mesmo nesses casos, as crianças com mais de cinco anos permaneceram com o marido enquanto ele pudesse provar que era capaz. As mulheres não tinham nenhum recurso real contra a negligência financeira; a sociedade esperava que eles de alguma forma administrassem.

A Constituição de 1853 não melhorou o status das mulheres. Ela ofereceu princípios democráticos como liberdade religiosa e cidadania para todas as pessoas

nascidas nos territórios, mas foi interpretada de maneiras que afetaram adversamente as mulheres. Por exemplo, o artigo 21 dizia que todos os cidadãos são obrigados a pegar em armas quando necessário. Visto que as mulheres não tinham permissão para imobilizar as forças armadas, o tribunal decidiu que as mulheres argentinas não tinham direito aos privilégios de cidadania, incluindo o sufrágio.

Foi devido à falta de uma classe média educada, à influência da Igreja e à quase constante turbulência política e civil, que existiu no país durante o século XIX o surgimento de uma campanha organizada pela garantia dos direitos civis para as mulheres, o que ocorreu mais tarde na Argentina do que na América do Norte ou na Europa. No entanto, a Argentina foi a líder na América Latina no trabalho pelos direitos das mulheres. O movimento das mulheres argentinas começou no final do século XIX, seguindo o exemplo de movimentos semelhantes nos Estados Unidos e na Europa em que as mulheres começaram pela primeira vez a se organizar para trabalharem pela melhoria de vida de mulheres e crianças e, em última instância, pela melhoria da sociedade. O movimento desta mulher não é o mesmo que o movimento feminista, que pode ser definido vagamente como o movimento pela igualdade social e política feminina. Filantropos e trabalhadores da temperança não necessariamente se juntaram às feministas em suas demandas políticas. Muitas mulheres de grupos influentes na Argentina e nos Estados Unidos se opunham fortemente ao feminismo.

A partir da década de 1860, o governo argentino incentivou agressivamente a imigração. Naquela época, quarenta e cinco por cento da população de Buenos Aires eram imigrantes; em 1890, noventa por cento eram imigrantes. Esse afluxo maciço de imigrantes incluiu muitas pessoas qualificadas, educadas e profissionais, algumas das quais eram exilados políticos liberais ou socialistas, cujas ideias mais progressistas forneceram suporte para a educação secular e ajudaram a desmantelar o rígido sistema de classes, bem como fornecer um clima social e intelectual conducente aos direitos das mulheres e às questões feministas.

Segundo Fraser e Navarro (1980), na Argentina, o feminismo foi em grande parte um movimento de imigrantes, e um aliado próximo ao Partido Socialista, embora houvesse algumas feministas não socialistas. Na Argentina, mesmo essas primeiras feministas geralmente colocavam as questões socialistas acima das feministas. Isso parece ser característico das mulheres argentinas, que geralmente colocam as questões políticas que afetam o bem-estar do país acima das questões que afetam apenas as mulheres. Isso talvez tenha sido um resultado natural dos muitos regimes militares

repressivos e da brutalidade que forçou as mulheres a se tornarem políticas, mesmo que fosse para defender seus papéis de esposas e mães em vez de se unir pela causa feminista.

A abertura de escolas secundárias preparatórias para a universidade para meninas, a partir de 1905, e a oportunidade para as mulheres frequentarem a universidade. Segundo Carlson (1988), marcaram o verdadeiro início do movimento feminista na Argentina. Todas as vinte e cinco mulheres que concluíram o curso na Universidade entre 1905 e 1910 exerciam profissões e todas apoiavam fortemente o avanço social e econômico das mulheres. Em 1910, o sistema educacional da Argentina era considerado o melhor da América Latina e era considerado moral e financeiramente comprometido com a educação das mulheres. (Fraser; Navarro, 1980)

Conforme indicado acima, na virada para o século XIX, muitas das primeiras feministas argentinas eram fortes defensoras da igualdade de oportunidades educacionais e profissionais para as mulheres. Muitos também estavam preocupados com as condições de trabalho e a capacitação profissional das mulheres das classes populares. Havia uma profunda divisão filosófica entre as mulheres dedicadas a causas filantrópicas, que eram mais tradicionais e conservadoras em seus pontos de vista, e mais alinhadas com os papéis femininos tradicionalmente atribuídos, e as mulheres mais instruídas que o eram interessadas em obter direitos políticos e econômicos para as mulheres. Todas essas mulheres eram da classe superior e nunca realmente alcançaram nenhuma outra classe de mulheres de forma significativa para se juntar a elas como parceiras iguais em suas lutas pela igualdade. (Fraser; Navarro, 1980)

É por isso que quando Eva Peron apareceu, ela apelou com tanta eficácia às mulheres da classe trabalhadora; ela própria veio de uma classe baixa, e as massas sentiram que ela entendia e se importava com suas situações. As primeiras feministas pareciam se preocupar principalmente com seus próprios interesses, e as classes mais baixas de mulheres não podiam se identificar com seus esforços. Eva foi desprezada pelas mulheres da oligarquia (especialmente da Sociedade Beneficente) porque não pertencia à classe alta. Essa consciência de classe era um dos maiores problemas com a promoção do apoio às causas das mulheres e provavelmente a pior fraqueza na eficácia dessas mulheres de classe alta, e seu fracasso em atrair a ampla massa de mulheres. Mas, de acordo com Fraser e Navarro (1980), o efeito de Evita na condição das mulheres na Argentina e em sua vida política foi decisivo. Uma massa de mulheres que pouco se



importava com os direitos das mulheres e eram indiferentes às preocupações das feministas de classe média entraram na política por causa de Evita.

Os regimes repressivos que aterrorizaram e intimidaram a sociedade argentina, como o de 1975 a 1985 e que provocaram o colapso da economia utilizando a propaganda para reforçar o papel tradicional da mulher, criam um ambiente em que a reivindicação dos direitos das mulheres parece subversiva e se torna irrelevante em face de problemas maiores e mais imediatos. Segundo Witte (1996), o golpe de 1976 esmagou o movimento feminista na Argentina. Esta autora aponta que as mulheres argentinas têm historicamente se levantado repetidamente por seus direitos, seja uma luta pelos direitos das mulheres ou uma luta de resistência contra a ditadura. Este curso politicamente instável é dado como motivo para uma maior consciência política das mulheres argentinas. (Witte, 1996).

LAS MADRES DE PLAZA DE MAYO

As mães da Praça de Maio de Buenos Aires foi um grupo precursor e de vanguarda de mulheres que lutavam pelos seus direitos e para expor as agruras da opressão sofrida. Sua luta era pelo direito de ter seus filhos próximos a si. Uma luta revolucionária, dado o contexto da época.

Em 1977, quatorze mulheres se reuniram e marcharam até a *Plaza de Mayo*¹ de Buenos Aires, apesar da proibição das reuniões públicas ordenadas pela junta militar no poder, para exigir informações sobre seus filhos desaparecidos, este desaparecimento é visto como parte de um esforço sistemático do governo para livrar a Argentina de elementos subversivos (Witte, 1996).

O governo a princípio não levou "*Las Madres*" a sério, chamando-as de mulheres "locais" que não queriam aceitar que seus filhos tivessem deixado o país voluntariamente por conta própria, esta era a resposta oficial do governo.

Os militares não estavam cientes da natureza política dos protestos das Madres e, portanto, não suprimiram ao grupo. Essa reação foi crítica porque deu tempo para a organização se desenvolver em um movimento social. Ao se recusar a aniquilar o grupo imediatamente, o regime permitiu que um grupo aparentemente não político ganhasse força política inegável. Uma vez que a junta percebeu a gravidade de seu erro de cálculo, a determinação das mulheres foi forte o suficiente para que a repressão não pudesse destruir o movimento. Na verdade, o custo da repressão pode ter sido maior do que o

custo de permitir que as mulheres continuassem protestando, especialmente à luz da fama do movimento na comunidade internacional. *Las Madres de Plaza de Mayo* foi na verdade o único grupo que desafiou as fronteiras políticas impostas por um governo que proibiu todas as atividades políticas e partidos políticos. De acordo com Mattu (1997), *Las Madres* desempenhou um papel crucial na ressurreição da sociedade civil na Argentina, o que foi essencial para o ressurgimento da democracia política.

Na Argentina, o aumento dos casos de vítimas desaparecidas, após a instalação da ditadura militar em 1976, intensificou a peregrinação de mães e familiares ao Ministério do Interior, à polícia e aos organismos de direitos humanos. A falta de respostas satisfatórias das autoridades e de sintonia com os movimentos de denúncia motivou Azucena Villaflor de Vicenti a propor a um grupo de mães um encontro na Praça de Maio, em Buenos Aires, no dia 30 de abril de 1977. Elas elaboraram um abaixo assinado em que pediam “a verdade”, como a única maneira de “saber se os seus filhos estão vivos ou mortos e onde estão?” (Paula, 2016, p. 03)

Essas mães da Praça de Maio, antes de serem reconhecidas publicamente como lenços-verdes (Panuelos Verdes), usavam outro acessório de tecido importante para fins doméstico e hospitalar que eram “fraldas”, que sempre teve como escopo fins higiênicos, para manter a saúde dos sujeitos, sejam eles crianças, adultos ou idosos. Ao mesmo tempo, as fraldas estavam ligadas figurativamente ao contexto da maternidade. Essas fraldas eram colocadas propositalmente sobre suas cabeças com objetivo de chamar atenção, a fim de serem percebidas como grupo político em crescimento e nas mesmas estavam registrados os nomes dos seus descendentes, entre outros familiares que haviam sido retirados de forma abrupta destas mães durante a ditadura militar. A transição de fraldas para os lenços verdes ocorreu gradativamente quando o grupo feminista adotou essa tonalidade para representar simbolicamente as causas de representações associadas aos direitos jurídicos sobre seus corpos e entre eles a interrupção da gestação pelo “aborto” de forma segura para sua saúde de mulheres (Massonetto, 2019).

O procedimento do aborto era realizado na ilegalidade, já que era considerado um crime contra a vida e não havia autorizações prévias judiciais para realizar a cirurgia em centros de saúde obstétrica, salvo com exceção de casos específicos. Esse tema era profundamente influenciado pelo monopólio das instituições religiosas, com grupos denominados, “pró-vida”. Desta forma, as mulheres grávidas que decidiam interromper

sua gestação de forma espontânea, por motivos particulares, recorriam a métodos considerados arriscados, fosse medicamentoso ou cirúrgico. E entre as opções, frequentavam pseudoclínicas que não garantiam uma assistência adequada. A falta de cuidados sanitários indispensáveis e necessários nos aspectos de biossegurança, materiais estéreis para garantir saúde das pacientes que se submetiam ao aborto clandestino dizimou milhares de mulheres, caso piorado, inclusive, pela subnotificação que não foi quantificado em registro, já que o aborto era considerado delito no século passado e qualquer infecção generalizada ou problemas pós-cirurgia era de única responsabilidade da paciente, que estava ciente dos riscos de saúde e possíveis complicações e mortalidade. Além da temeridade jurídica, já que poderiam levar os envolvidos à corte em audiência, com a sentença de reclusão (Domingos, Merighi, 2010).

As mulheres do século XIX e do início do século XX (incluindo feministas) na Argentina foram influenciadas pelas mesmas crenças comumente defendidas sobre a natureza e o papel da mulher na sociedade que os homens afirmavam ser verdadeiras. Para os homens, a mulher educada mereceria seu respeito, isso resolveria seus problemas, se tornariam companheiras adequadas para os homens educados, porém, as mulheres não deveriam perder o pudor feminino, deveriam evitar dar a impressão de intelectualismo que poderia ser equiparado a moralidade frouxa. Eles acreditavam que como homens podiam existir sem amor, enquanto as mulheres não. A concepção romântica do martírio feminino foi um tema dominante na literatura feminina argentina de meados do século XIX. A poesia patriótica feminina frequentemente exaltava as virtudes femininas em detrimento do egoísmo dos homens. (Witte, 1996).

Ainda segundo Witte (1996), mesmo enquanto as mulheres lutavam por independência econômica, intelectual e social, as atitudes e crenças prevalecentes sobre as mulheres as mantinham sob controle, algumas das quais as próprias mulheres aceitavam como "dadas por Deus" ou "naturais". Havia muitas definições sociais de mulher e seu papel que não eram questionadas, e ainda não são questionadas por muitas mulheres, especialmente aquelas influenciadas pela religião.

Embora a Argentina seja hoje, em sua maior parte, apenas nominalmente católica, historicamente a religião teve uma forte influência na sociedade. O influxo de ideias estrangeiras por meio da imigração teve uma influência positiva nas atitudes e valores da sociedade argentina, percebidos ao longo de várias décadas. O papel da mulher como esposa e mãe ainda é de importância primordial na Argentina. Essa é uma

das razões pelas quais *Las Madres* foi capaz de exercer uma influência mensurável na sociedade. A primeira geração de feministas educadas deu uma contribuição real na criação de uma medida de independência educacional para as mulheres e para estabelecer o lugar da Argentina entre a comunidade internacional de feministas. Os filantropos fizeram muitas contribuições reais para o bem-estar físico das mulheres; embora eles muito prontamente aceitassem isso como seu único reino aceitável de influência na sociedade, deixando a política e a educação universitária para os homens.

Apesar disso, muitas mudanças ocorreram no ordenamento jurídico da Argentina, pois através do ativismo político de grupos feministas, realizaram-se inúmeras mobilizações sociais que reivindicavam pelos direitos sobre seus corpos de “gestar ou abortar”. Lutavam pelo direito da legalização do aborto, eximindo-as da prática da ilicitude jurídica e exigiram pelo direito de ter um procedimento de saúde assistido e executado por profissionais habilitados e requisitaram que o mesmo procedimento fosse gratuito. Uma interrupção na gestação de forma voluntária era uma questão de discussão social e política que perdurou bastante tempo no Congresso Nacional da Argentina (Bertolaccini, 2020).

No geral, como indicado no início deste artigo, as mulheres argentinas lutaram, perseveraram e venceram as dificuldades ao longo do caminho, coletivamente. Como pode ser percebido na tabela abaixo, desde o século XVIII a luta está documentada, perpassando informações da luta e conquista até o século XX. Isso criou uma história impressionante e um esforço valioso. Na tabela a seguir, destacamos algumas datas relevantes para as mulheres argentinas.

Tabela 1. Algumas datas importantes para as mulheres na Argentina

1755	Fundação de um "Colégio" em Buenos Aires: escola residencial primária, secundária e vocacional para meninas dirigida pela Irmandade da Caridade até que a Sociedade Beneficente assumisse posteriormente sua administração. Na década de 1760, as traduções dos escritos dos <i>Philosophes</i> eram populares, provocando discussões sobre o valor da educação das mulheres para a sociedade e para as próprias mulheres
1816	Independência da Espanha
1823	Fundação da Sociedade Beneficente Argentina; essas mulheres se tornaram as primeiras assistentes sociais da Argentina. Durante as décadas de 1830 e 1840, a liberdade de movimento e pensamento foi reprimida sob a ditadura de Juan Manuel de Rosas, que se opôs ao financiamento governamental de programas sociais, incluindo a educação pública e a Sociedade Beneficente. Ele foi deposto em fevereiro de 1852.
1852-61	Guerras civis na Argentina



1853	Aprovação da Constituição Argentina. Depois de 1850, os tribunais civis ficaram tão sobrecarregados e mal financiados que os casos envolvendo abusos masculinos do poder familiar (especialmente disputas sobre dinheiro) foram deixados de lado; presumia-se que as mulheres conseguiriam de alguma forma.
1856	O general Urquiza tornou-se presidente da Argentina e nomeou Domingo Sarmiento para ministro da Educação; o governo argentino estabeleceu um departamento nacional de educação.
1859-1932	Entre esses anos, mais de cinco milhões de imigrantes vieram para a Argentina, principalmente da Espanha e da Itália.
1869	O Congresso criou um sistema escolar normal nacional; entre 1869 e 1886 sessenta e cinco professores norte-americanos (sessenta e um eram mulheres) vieram para a Argentina para ajudar a iniciar mais de trinta escolas normais em todo o país.
1886	É inaugurada em Buenos Aires a primeira escola profissional de enfermagem da Argentina.
1890	A depressão econômica foi seguida por revoltas nas províncias.
1892	Formação do Partido Radical (Union Cívica Radical)
1894	Partido Socialista fundado pelo médico Juan B. Justo (1865.1928). Foi o primeiro partido a apoiar o sufrágio feminino; mulheres foram admitidas como membros plenos.
1896	Isabel King, administradora de escola normal aposentada residente em Buenos Aires, solicitou (como era de praxe) a ajuda do governo para formar uma filial argentina do Conselho Internacional de Mulheres, mas foi recusada.
1898	Exposição Feminina realizada em Buenos Aires, patrocinada por vinte organizações filantrópicas de mulheres, a fim de exibir as realizações femininas em anúncios finos e decorativos, artesanato e serviços de caridade.
1900	Realiza-se a primeira reunião do Conselho Nacional de Mulheres na Argentina, depois que Cecilia Grierson recrutou Alvina Van Praet de Sala, a presidente da Sociedade Beneficente, para se envolver. Mulheres de trinta e três organizações de caridade e culturais compareceram e decidiram que o NCW funcionaria como uma organização guarda-chuva para clubes de mulheres e grupos filantrópicos na Argentina. (NCW era uma filial da ICW, mencionada acima.)
1902	Fundação da Associação Argentina de Mulheres Universitárias por trinta mulheres educadas que ficaram descontentes com a administração do NCW.
1905	<ul style="list-style-type: none">• Abertura da National Girls 'High School Number One, a primeira de várias escolas secundárias com currículos para preparar as mulheres para a admissão na universidade.• Centro Feminista (Manuela Gorratti Center) fundado para fornecer serviços comunitários para mulheres e um local para feministas se encontrarem.• A Associação Argentina de Livre Pensamento foi fundada pela Associação Internacional de Livre Pensamento. Várias líderes feministas emergiram dos fóruns feministas criados dentro deste grupo, porque as mulheres podiam se dirigir ao grupo (falar em público era proibido na Argentina). AAFT exigia cidadania plena e igualdade para as mulheres e apoiava o Centro Feminista e outras novas mulheres grupos.
1906	Escola de Treinamento Doméstico e Técnico inaugurada pela NCW (Dr. Grierson) para ajudar as mulheres a receber treinamento atualizado para que pudessem competir com mais eficácia no mercado de trabalho.



1912	<ul style="list-style-type: none">Aprovação da Lei Saenz Pena estabeleceu o sufrágio universal masculino, mas negou especificamente às mulheres o direito de votar nas eleições nacionais.O governo fundou uma escola secundária comercial co-educacional onde os homens eram treinados para trabalho paralegal e outros empregos semelhantes e as mulheres aprendiam habilidades básicas de escritório.
1914	Nesta data, as mulheres constituíam vinte e dois por cento da forma de trabalho.
1916	Fundação dos Direitos da Mulher por Elvira Rawson de Dellepiane
1918	Partido Nacional Feminista fundado por Julieta Lawson
1947	Mulheres argentinas ganham o direito de votar (27 de setembro)
1948	A Sociedade Beneficente e outras instituições filantrópicas de mulheres foram integradas ao Departamento de Assistência Social Nacional pelo presidente Peron, a fim de acabar com o controle da Sociedade sobre os serviços sociais, para demonstrar sua independência da oligarquia e em resposta ao esnobamento da Sociedade contra sua esposa. Perón também tentou eliminar as contribuições da Sociedade dos livros de história.
1949	O Ramo Feminino (Rama Femenina) do Partido Peronista foi formado, dirigido por Eva Peron.
1976-1983	"A Guerra Suja" (estima-se que 30.000 argentinos "desapareceram" durante o esforço do governo militar para exterminar "elementos subversivos".)
1977	Quatorze mulheres criaram "Las Madres de Plaza de Mayo", na tentativa de descobrir o que havia acontecido com seus filhos desaparecidos.
1983	Um governo civil democrático chega ao poder.
1986	O divórcio foi legalizado na Argentina.
1994	Constituição revisada. Nesta, os direitos de igualdade das mulheres foram reafirmados, reinstituídos, evidenciados.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Carlson, (1988); Lavrin (1995) e Mattu (1997).

Na tabela 2, destacamos algumas personagens importantes da história do feminismo argentino. Estas mulheres foram relevantes porque conquistaram direitos que, somados uns aos outros, transformaram a sociedade argentina em um ambiente mais favorável aos direitos das mulheres, permitindo a luta organizada, a conquista social, vitórias contra um sistema patriarcal, muitas vezes representado por governos militares. Como pode ser observado no quadro, cada mulher ali representada, que simboliza muitas outras que não estão evidenciadas nesta pesquisa, mas não menos importantes, lutou por conquistas que antes eram inacessíveis às mulheres e que modificaram a sociedade argentina ao ponto de hodiernamente as vitórias se darem, como no caso analisado neste trabalho, dos *pañuelos verdes*, detalhado mais à frente do artigo.

Tabela 2. Algumas figuras importantes da história do feminismo argentino



Domingo Faustino Sarmiento (1811 -1888)	Foi fundamental para o estabelecimento do sistema educacional da Argentina (que incluía mulheres), tornando-se um líder entre as nações latino-americanas na educação. Ele era um forte defensor da educação das mulheres: a educação lhes proporcionaria uma alternativa aos casamentos arranjados sem amor ... Sarmiento acreditava que as meninas deveriam ser educadas não apenas para a maternidade, mas com o objetivo final de participação na vida pública e na política.
Carolina Muzzili (1880 - ?)	Era uma imigrante da classe trabalhadora que relatou as condições para as mulheres que trabalhavam nas fábricas, que foram usadas nos esforços de 1906/7 para obter uma legislação protetora em relação às horas e condições de trabalho das mulheres. Embora a legislação tenha sido aprovada, não foi aplicada. Ela também estudou as condições de trabalho nas indústrias de charutos e têxteis e escreveu um relatório detalhando as longas horas de trabalho, as condições de trabalho perigosas e insalubres, maquinários inadequados e o abuso físico e sexual de mulheres trabalhadoras.
Elvira Rawson de Dellepiane	Foi uma das fundadoras da Associação Argentina de Mulheres Universitárias e, em 1905, fundou o Centro Feminista, voltado para a reforma política e social. Depois de três meses mudou o nome para Centro Manuela Gorriffl (em homenagem a uma escritora argentina do século XIX), e seu centro foi durante treze anos um local de encontro de feministas e onde outros serviços poderiam ser prestados às mulheres. O Dr. Rawson também era médico, porque o exercício da advocacia não era aberto às mulheres.
Ernestina Lopez (1879-1965)	A primeira mulher a obter o doutorado em Artes e Letras pela Universidade de Buenos Aires, foi outra sócia fundadora da AAUW, e também organizadora do Primeiro Congresso Feminista Internacional da Argentina, realizado em 1910.
Sara Justo (1870-1941)	Formada em odontologia, foi outra fundadora da AAUW. Ela também fundou o Socialist Feminist Center e o Socialist Women's Center. Ela deu cursos de serviço doméstico e foi diretora de duas escolas comerciais para mulheres. Em 1909, ela foi para a Europa estudar os movimentos femininos de lá. Ela acreditava que as mulheres argentinas precisavam de um senso mais forte de unidade e uma quebra das fronteiras de classe.
Eva Duarte (1919-1952)	Casou-se com Juan Perón em 1945 e, depois que ele se tornou presidente da Argentina em 1946, trabalhou pelos direitos das mulheres da classe trabalhadora, incluindo a emancipação. Os Peron representavam as aspirações do pessoal da classe trabalhadora e pareciam para as mulheres sinceramente determinadas a melhorar suas vidas e condições de trabalho e, mais importante, ter a capacidade real de fazer essas melhorias.
Julieta Lanteri de Renshaw (1870-1932)	Imigrou da Itália para a Argentina aos seis anos de idade com seus pais. Formou-se em farmacologia em 1898 pelo Colégio Nacional de La Plata e em medicina em 1906 pela Universidade de Buenos Aires, com especialização em doenças mentais e doenças femininas e infantis. Não foi nomeada Professora de Doenças Psiquiátricas da Faculdade de Medicina de Buenos Aires, supostamente porque não era argentina. (A cidadania não foi concedida às mulheres porque incluía o direito de votar). A Dra. Lantera solicitou a cidadania, mas foi negada por ser mulher. A única maneira de uma mulher nascida no estrangeiro receber a cidadania era como um favor ao marido, se ela se casasse com um homem suficientemente importante. Em 1910, o Dr. Lanteri se casou, e obteve a cidadania no ano seguinte. Mas não incluiu o direito de voto. Dra. Lanteri pertencia à AAUW e ao Centro Feminista. Tanto ela quanto o Dr. Rawson acreditavam que o ambiente social da mulher ameaçava sua sanidade e que as mulheres estavam sendo excluídas da participação plena na vida pública com base em diferenças biológicas irrelevantes. Eles também acreditavam, como muitas feministas, que as mulheres eram moralmente superiores aos homens.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Carlson, (1988); Lavrin (1995) e Mattu (1997).

MARÉ VERDE

No contexto argentino, o lenço verde se tornou um ícone do movimento feminista que defende a descriminalização do aborto. Mulheres e homens que apoiam a legalização do aborto frequentemente usam o lenço verde em protestos, marchas e eventos relacionados à causa. O uso do lenço verde como símbolo do movimento pró-aborto também se estendeu a outros países da América Latina, como o Brasil, onde manifestações e protestos em prol da descriminalização do aborto também contaram com a presença de pessoas usando o lenço verde como forma de apoio à causa.

O próximo marco relevante após a reforma da Constituição em 1994 se deu com o crescimento dos Encontros Nacionais de Mulheres, que se tornaram constantes, sendo possível a realização de mobilizações de grande porte, que ficaram conhecidas como “*Maré Verde*”. Este nome se refere aos lenços verdes que as mulheres e os apoiadores de suas causas usavam. Um desses momentos relevantes de reivindicações ocorreu quando da votação do Projeto de Lei que tratava da *Interrupção Voluntária da Gravidez* e posteriormente se intensificou em novas manifestações que tratavam do aborto de forma segura, livre e gratuita. Esta temática foi um ponto marcante da *Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto*, elaborada no ano de 2006 e apresentada em 2007 como um Projeto de Lei que regularizava a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG), o que aumentou a representatividade social das mulheres argentinas. (Gil, 2019).

A especialista em política Avelluto (2019, p. 28), que também faz parte do *Proyecto Política Feminista*, alegou que a “geração verde-violeta” cresceu de forma exponencial sendo dirigida pelas mulheres de forma a favorecer a participação e a horizontalidade, este movimento vem se intensificando e se ampliando de forma significativa na Argentina, o que possibilitou “ressuscitar a história e despertar os sonhos da revolução”.

O debate sobre a legalização do aborto no Senado, ocorrido no dia 8 de agosto de 2018, foi um momento fundamental na luta dos movimentos feministas. Ao longo do caminho, tabus foram quebrados, demandas foram massificadas e discursos expandidos. Na esfera cultural, a literatura não permaneceu alheia. O que mudou?

Há três anos, a Argentina vivia um momento histórico: o debate sobre a legalização do aborto chegava ao Senado, depois de ter obtido meia sanção na Câmara dos Deputados em 14 de junho de 2018. A chamada “*maré verde*” ocupou o entorno do Congresso, depois que a discussão se espalhou para o espaço público, juntamente com a massificação das demandas dos feminismos. A interrupção da gravidez e o direito das

gestantes de decidir sobre seus corpos deixaram de ser tabu, marcando um ponto de inflexão. Anos antes, apenas nomear a palavra "aborto" implicava estigmatização e condenação.

O movimento dos *pañuelos verdes* também têm servido como um elemento de união entre diferentes gerações de ativistas e defensoras dos direitos das mulheres na Argentina. Tanto as Madres de Plaza de Mayo quanto as jovens feministas têm utilizado os *pañuelos verdes* em suas mobilizações, demonstrando uma continuidade na luta pelos direitos das mulheres. O ativismo pró-aborto na Argentina é marcado por uma forte mobilização social e política, impulsionado por diversos grupos e movimentos feministas que lutam pela legalização do aborto no país. Manifestações massivas, marchas e protestos são frequentemente organizados para pressionar as autoridades e a sociedade em geral a discutir e apoiar a legalização do aborto. Além da mobilização nas ruas, grupos pró-aborto na Argentina também buscam apoio parlamentar para a aprovação de leis que garantam o direito ao aborto legal, seguro e gratuito. O projeto de lei 0230/2018 (Ley de Interrupción Voluntaria del Embarazo) é um exemplo desse esforço, apresentando propostas concretas para a descriminalização do aborto.

A LITERATURA

A literatura é um daqueles espaços onde, nos últimos tempos, foram veiculadas produções em que se dá visibilidade à violência de gênero, à diversidade e aos direitos sexuais e reprodutivos. A discussão transcendeu círculos até se expandir em múltiplas áreas, que se uniram à batalha cultural para quebrar o silêncio e implantar o debate na sociedade. O feminismo atraiu a literatura argentina, essa onda veio de forma massiva. Embora outros momentos do feminismo tenham sido fortes - principalmente nos anos 70 -, desta vez eles se manifestaram com grande intensidade. O autor de “*A Máquina de Projeção de Sonhos*” (Interzona, 2016) faz parte do *Nosotras Proponemos Literatura*², coletivo que surgiu em 2018, como resultado da primeira Assembleia de Trabalhadores da Arte.

A partir daí, surgiu um documento em que os espaços de poder nos campos cultural, literário e intelectual são problematizados. “Os escritores colocaram o corpo: houve um grupo ignorado, apagado. As universidades, os painéis, as palestras, os espaços realizados pelo Estado, como a Feira do Livro, eram ocupados basicamente por homens. Já faz dois ou três anos que tudo mudou”, diz a escritora e jornalista Cecilia

Szperling em entrevista concedida para a Biblioteca Nacional em 2017.³ A organização coletiva de diferentes áreas artísticas e a influência deste momento histórico no campo cultural fazem parte da expansão massiva iniciada com *Ni Una Menos* em 2015.

A meia sanção do projeto de lei que garante o acesso ao aborto legal, seguro e gratuito teve como participantes ativos escritores que se fizeram ouvir nas ruas e nas redes sociais, com a convicção de que, por um lado, a literatura é um instrumento básico para a transformação social e, por outro lado, existe a necessidade de colocar o corpo - como o colocam na sua escrita - na concretização de uma nova extensão dos direitos das mulheres. Estes se fizeram ouvir nas ruas e nas redes sociais, a favor do projeto de lei que garante o acesso ao aborto legal, seguro e gratuito, com a convicção de que a literatura é uma ferramenta fundamental para a transformação social. A luta das mulheres foi importante, pois se deu em condições adversas, pressão psicológica e social.

Esses movimentos sociais demonstraram uma articulação eficaz com outros setores dos movimentos sociais, ampliando sua influência e relevância não apenas a nível local, mas também global. Além disso, a capacidade de unir diferentes demandas por emancipação, como a luta pelos direitos das mulheres e a legalização do aborto, contribuiu para consolidar sua posição como agentes de mudança social e política.

As mulheres argentinas transformaram a questão do gênero em uma luta contra a sociedade patriarcal em todo o mundo por meio de sua atuação em movimentos como as Madres de Plaza de Mayo e o movimento dos *pañuelos verdes*. Suas ações e discursos têm impacto não apenas localmente, mas também globalmente, inspirando outras mulheres e movimentos feministas em diferentes partes do mundo. Os movimentos liderados por mulheres argentinas reconhecem a importância da diversidade de experiências e identidades de gênero, buscando incluir vozes marginalizadas e promover uma luta feminista mais inclusiva e interseccional. Isso contribuiu para uma compreensão mais ampla das opressões enfrentadas pelas mulheres em diferentes contextos. Por este motivo, socialmente e politicamente aconteceu que

Depois de quase 17 horas de debates, enquanto milhares de mulheres protestavam sob a chuva pelo fim do aborto clandestino e a extensão de seus direitos, o Senado argentino rejeitou na madrugada desta quinta-feira, 9, o projeto de legalização da interrupção voluntária da gravidez que já havia sido aprovada pelos deputados. Nas proximidades do Congresso, as manifestações que tomaram conta do país nos últimos meses por uma mudança cultural em relação aos

direitos das mulheres foram se desmobilizando e às 3h, momento da votação, não representavam nem um quinto dos protestos liderados pelas organizações que compõem a Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Livre. O resultado da sessão no Senado não trouxe muitas surpresas: foram 38 votos contra e 31 a favor, duas abstenções e a ausência da senadora Eugenia Catalfamo, do bloco Unidade Justicialista, que está em licença-maternidade. Mas o clima esquentou durante os debates. A vice-presidente da República, Gabriela Michetti, fora do microfone, chamou de “pelotudo” o líder da coalizão *Cambiamos*, Luis Naidenoff, que havia solicitado que a senadora fosse mais flexível com o tempo concedido aos parlamentares. (Camargo, 2018)

Somente em 2020 o Congresso viria a aprovar um projeto de lei,

Contudo, até pouco tempo, outra reivindicação das argentinas ainda não tinha sido aprovada, que é o direito a interromper uma gravidez não desejada. O aborto era ilegal exceto nos casos de risco de vida para a mãe ou estupro, previstos no artigo 86 do Código Penal do país, vigente desde 1912. [...] em 30 dezembro de 2020, o Senado argentino aprovou o projeto de lei, de autoria do governo do presidente Alberto Fernández, para legalizar o aborto. O projeto, que já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 11 do mesmo mês, autoriza a interrupção da gravidez até a 14ª semana de gestação (Ribeiro, 2020, p. 04).

Esse foi um grande marco para as mulheres argentinas, pois independentemente de sua classe social, elas sempre foram coadjuvantes nas histórias do poderio militar dos homens e, conseqüentemente, vítimas de governos que centralizavam o domínio decisório sobre suas vidas e a dos seus filhos que tinham a obrigação civil de se alistar e servir a este governo quando solicitado. Ou até mesmo quando eram silenciados através de sequestros e assassinatos, através de atitudes de violência política.

CONCLUSÃO

Diante desta reflexão, pudemos observar o lugar da mulher na cultura, na literatura e as conquistas de direitos adquiridos, mediante suas mobilizações sociais. Historicamente, as instituições progressas dos governos patriarcais sempre detiveram autonomia imposta em seus modelos de liderança, como ocorreu nas Ditaduras Militares. Contudo, quando houve uma ruptura através de movimentos políticos como o “feminismo”, avançamos mesmo que letargicamente na sociedade contemporânea e



nos “direitos civis” que tangem a equidade social entre ambos os sexos, como ocorreu em Buenos Aires durante a “Maré Verde”.

As mães da “Praça de Maio”, sem sombras de dúvidas, trouxeram um novo olhar revolucionário do feminismo argentino a fim de tecer importantes impactos sociais por meio das discussões verbalizadas pela manifestação dos “Painéis Verdes”. Essa “Maré verde” expandiu-se na transgeracionalidade como ato político e de simbolismo dos direitos humanos, éticos e legais dessas mulheres que reivindicavam direitos sobre seus corpos, seus úteros, tal como seus abortos, que foram afastados por meio das mãos dos homens, do governo e das instituições religiosas. O que reivindicavam era o espaço da mulher, legalização do aborto, fornecimento de educação sexual e contribuição para escolhas decisórias delas, mediante votos de Políticas Públicas voltadas para as mesmas, com garantias de direitos através de transformações progressistas.

Desta forma, os “lenços verdes” compõem um simbolismo transgeracional, de lutas e reivindicações e tornou-se atemporal sobre suas reivindicações sociais, como um movimento político. Além disso, na contemporaneidade, abrigam outros grupos minoritários, que se reúnem como “correntes feministas” e que lutam pelos seus “direitos civis”, já que ainda permanecem com suas vozes ofuscadas pelo sistema de governo machista. Esses grupos invisibilizados, se condensam nesta “maré esverdeada” pelas inúmeras questões de identificações, e pela permanência da pluralidade de luta filosófica, Jurídica e social, mediante os seus anseios, pelo reconhecimento jurídico dos seus direitos de “igualdade de gênero”, educação sexual,

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Carolina Oliveira. O Plan Noel e a Plaza de Mayo: Política, pensamento urbano e espaço cívico em Buenos Aires. **Revista Hydra: Revista Discente De História Da UNIFESP-Universidade Federal de São Paulo**, 1(1), 33–59. Doi: <https://doi.org/10.34024/hydra.2016.v1.9115>. Março de 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/9115>. Acesso em: 28.jul.2021.

ARGENTINA. DIPUTADOS. **Proyecto de Lei nº 0230 de 05 de marzo de 2018. Interrupcion voluntaria del embarazo**. Regimen, Buenos Aires, 2018. Disponível em: <https://www.hcdn.gob.ar/proyectos/textoCompleto.jsp?exp=0230-D-2018&tipo=LEY>. Acesso em: 12 março 2024.

AVELLUTO, Valentina. “Gramsci y la crisis de la hegemonía patriarcal”, **Catarsis**, 1(1), 27-33. 2019. Disponível em:



<https://gramscilatinoamerica.files.wordpress.com/2019/05/revista-catarsisdigital.pdf>.
Acesso em: 16.set.2021.

BARRY, Carolina (abril de 2005). **Cecilia Grierson**: a primeira médica da Argentina. O Cruzeiro do Sul. abril de 2005.

BERTOLACCINI, Luciana Maía. Plazas Verdes. Estética Y Política em los activimos callejeros em torno a las demandas por aborto legal. **Artefacto visual**, vol.5, núm. 10, diciembre de 2020.

CARLSON, Marifran. **Feminismo, The Woman's Movement in Argentina From Its Beginnings to Eva Peron**. Chicago: Academy Chicago Publishers, 1988.

CATARINAS, Portal. **Maré verde: a trajetória das argentinas na luta pela legalização do aborto**. La Laboratória – Do nó de Buenos Aires. Jornalismo com perspectiva de Gênero 2020. Disponível em: <https://catarinas.info/mare-verde-a-trajetoria-das-argentinas-na-luta-pela-legalizacao-do-aborto/>. Acesso em: 20.set.2021.

DIP, Andrea. Argentina: do “Nenhuma a Menos” à legalização do aborto. **Revista Pública**. 10 julho de 2018, 10:55h. Disponível em: <https://apublica.org/2018/07/argentina-do-nenhuma-a-menos-a-legalizacao-do-aborto/>. Acesso em: 24.set.2021.

DOMINGOS, Selisvane Ribeiro da Fonseca; MERIGHI, Miriam Aparecida Barbosa. **O Aborto como causa de mortalidade materna**: um pensar para o cuidado de enfermagem. Escola Anna Nery. Universidade Federal do Rio de Janeiro RJ. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/wQ3LCGPqXPjsLg8RdtPbWHx/?lang=pt>. Acesso em: 20.set.2021.

FRASER, Nicholas; NAVARRO, Marysa. **Eva Peron**. New York: W.W. Norton and Company, 1980.

GIL, Tom. “Maré verde argentina volta a reivindicar a legalização do aborto”, **Agência EFE**, 29 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.efe.com/efe/brasil/portada/mare-verde-argentina-volta-a-reivindicar-legaliza-o-do-aborto/50000237-3987444>. Acesso em: 20.set. 2021

KANTARIS, Elia Geoffrey. **The Subversive Psyche**: Contemporary Women's Narrative from Argentina and Uruguay. Oxford, 1996.

LAVRIN, Asunción. **Women, Feminism and Social Change in Argentine, Chile, and Uruguay, 1890-1940**. 1995.

MASSONETTO, Graziela Natasha. Aborto na América Latina: luta feminista, como as mulheres colocam os direitos reprodutivos em pauta, um estudo sobre Brasil e Argentina. Universidade de São Paulo – Escola de Comunicação e Artes. Centro de Estudos Latino-Americanos Sobre Cultura e Comunicação. São Paulo SP 2019. Disponível em: http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/graziela_natasha_massonetto.pdf. Acesso em: 20.set. 2021



MATTU, Rav. Las Madres de Plaza de Mayo: a sociedade civil na Argentina.
Latitudes Vol. 4. Y., 1997.

PAULA, Adriana das Graças de. Os Movimentos de Mulheres na Ditadura: uma análise sobre as Mães da Praça de Maio (Argentina) e o Movimento Feminino pela Anistia (Brasil). **Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**. 2016. Disponível em: https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/PAULA_II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf. Acesso: 15.set. 2021.

WITTE, Ann. **Guiding the Plot: Politics and Feminism in the Work of Women Playwrights from Spain and Argentina, 1960-1990**. 1996.

¹ A Plaza de Mayo é localizada na parte principal da cidade de Buenos Aires, em frente à Casa Rosada, que é a sede da regência do governo argentino. Esse local se transformou em um importante ponto de discussões políticas, onde as vozes femininas ecoavam e bravejaram pela ausência dos seus descendentes, devido à ruptura familiar, durante à sanguinolenta ditadura absolutista dos militares. Essas mulheres inconsoladas com a perda de seus filhos e se contrapunham ao sistema de governo e da “lei da obediência devida” e enfrentavam o sistema, através da mobilização coletiva e feminina, onde interpelavam pelos desaparecidos, em uma voz uníssona, e tom confrontativo (Alves, 2016).

² Disponível em: <http://nosotrasproponemos.org/>. Acesso em: 20.nov.2021.

³ La Biblioteca Nacional presenta dentro del Ciclo Encuentros con la literatura argentina una entrevista entre la periodista y escritora Cecilia Szperling y el escritor Patricio Pron. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xEG0gQgvGfI>. Acesso em: nov.2021.

Submetido em: 11/02/2024

Aceito em: 08/07/2024